

## JUSTIFICATIVA

Tratado como irrelevante pela historiografia oficial, o *Movimento da Legalidade* – que neste ano de 2011 completa 50 anos – foi, sem dúvida, uma das maiores e mais radicais mobilizações cívicas do Rio Grande do Sul e do Brasil, impedindo – de armas na mão – que o golpe militar fosse antecipado para 1961. Lembremos que este já fora bloqueado em 1954 pelo gesto extremo do suicídio de Getúlio Vargas e pelas grandes protestos de massas em todo o País, que se seguiram a ele. E que, em 1955, o contragolpe preventivo do Marechal Lott, afastando Carlos Luz da presidência interina e substituindo-o por Nereu Ramos, Presidente do Senado, foi a única forma de garantir a posse de Juscelino Kubicheck.

Em todos esses acontecimentos – assim como em 1964 – uma constante: de um lado as forças conservadoras, entreguistas e antidemocráticas; de outro, as forças nacionalistas, que propugnavam reformas estruturais no País e a ampliação da democracia para as amplas massas trabalhadoras. Esse foi, na verdade, o pano de fundo da grande luta pela Legalidade.

Quando Jânio, no dia 25 de agosto de 1961, entregou sua carta-renúncia aos ministros militares e ao presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, não foi um ato tresloucado do histriônico presidente do Brasil. Ao contrário – como relatou anos mais tarde Jânio Quadros Neto e como apontam todas as evidências –, foi a tentativa fracassada de um auto golpe com o objetivo de retornar “nos braços do povo”, com poderes absolutos e apoio militar.

O fato do então Vice-presidente João Goulart estar na China Socialista e ser uma sexta-feira – quando o Congresso normalmente encontrava-se vazio – constituíam o panorama ideal para o desenlace planejado. Só que a artimanha foi mal calculada e “o tiro saiu pela culatra” na medida em que sua renúncia foi imediatamente aceita e o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili, assumiu a Presidência da República.

Tão logo Jânio tornou-se uma “carta fora do baralho”, os ministros militares passaram a tutelar Mazzili e lhe informaram que não aceitavam que Jango assumisse a presidência da República, quando de seu retorno ao País. Esse impedimento atendia às orientações dos Estados Unidos da América, que temiam que o Brasil adotasse um governo semelhante ao de Cuba ou que viesse a ter um alinhamento com a China, a União Soviética ou a Alemanha Oriental.

Chegada a notícia da renúncia ao conhecimento de Leonel Brizola, este tratou de comunicar-se com Jânio, colocando o Governo do Rio Grande do Sul à sua disposição. Esclarecido que ele não fora compelido a renunciar, Leonel Brizola passou a defender o cumprimento da Constituição e a posse de João Goulart.

Nesse contexto, no dia 27 de agosto, Brizola fez o seguinte pronunciamento, que alcançou repercussão nacional:

*"O Governo do Estado do Rio Grande do Sul cumpre o dever de assumir o papel que lhe cabe nesta hora grave da vida do País. Cumpre-nos reafirmar nossa inalterável posição ao lado da legalidade constitucional. Não pactuaremos com golpes ou violências contra a ordem constitucional e contra as liberdades públicas. Se o atual regime não satisfaz, em muitos de seus aspectos, desejamos é o seu aprimoramento e não sua supressão, o que representaria uma regressão e o obscurantismo.*

*A renúncia de Sua Excelência, o Presidente Jânio Quadros, veio surpreender a todos nós. A mensagem que Sua Excelência dirigiu ao povo brasileiro contém graves denúncias sobre pressões de grupos, inclusive do exterior, que indispensavelmente precisam ser esclarecidas. Uma Nação que preza a sua soberania não pode conformar-se passivamente com a renúncia do seu mais alto magistrado sem uma completa elucidação destes fatos. A comunicação do Sr. Ministro da Justiça apenas notifica o Governo do Estado da renúncia do Sr. Presidente da República.*

*Por motivo dos acontecimentos, como se propunha, o Governo deste Estado dirigiu-se à Sua Excelência, o Sr. Vice-Presidente da República, Dr. João Goulart, pedindo seu regresso urgente ao País, o que deverá ocorrer nas próximas horas.*

*O ambiente no Estado é de ordem. O Governo do Estado, atento a esta grave emergência, vem tomando todas as medidas de sua responsabilidade, mantendo-se, inclusive, em permanente contato e entendimento com as autoridades militares federais. O povo gaúcho tem imorredouras tradições de amor à pátria comum e de defesa dos direitos humanos. E seu Governo, instituído pelo voto popular - confiemos os rio-grandenses e os nossos irmãos de todo o Brasil - não desmentirá estas tradições e saberá cumprir o seu dever."*

Diante da atitude golpista dos ministros militares, Brizola entrou em contato com o Comandante do III Exército – General Machado Lopes – para saber do seu posicionamento. Recebeu a resposta de que “como soldado ficarei com o Exército”. Esse diálogo deixou claro que Machado Lopes se subordinava à postura golpista dos ministros militares. Brizola ainda tentou o apoio de outros comandantes de Exército, no resto do país – como o gaúcho Costa e Silva, comandante do IV Exército no Recife – mas em vão.

Apesar do quadro adverso, Brizola não se intimidou. Colocou a Brigada Militar e a Polícia Civil em rigorosa prontidão, fez com que ocupassem os pontos-chaves da cidade e organizou a defesa do Palácio Piratini. Concentrou a maioria das tropas da Brigada Militar em Porto Alegre e requisitou todos os depósitos de combustível e pneus.

A Assembleia Legislativa – presidida pelo deputado Hélio Carlomagno – declarou-se em sessão permanente.

Lideranças políticas, sindicais e estudantis reuniram-se na Câmara Municipal de Porto Alegre e decidiram realizar uma manifestação de rua. Saíram da Prefeitura e subiram a Borges de Medeiros, gritando palavras de ordem contra o golpe. Ao chegarem ao Piratini já eram cinco mil, exigindo o respeito à “Legalidade” e a posse de João Goulart. Falando da sacada do Palácio, Brizola aderiu a essa palavra de ordem. Estava começando o “Movimento pela Legalidade”.

Lideranças sindicais – como Eloy Martins, Jorge Campezzato, Álvaro Ayala, Luiz Vieira, Lauro Hageman, Ony Nogueira e José Cezar Mesquita, entre outros – criaram o Comando Sindical Gaúcho Unificado com a tarefa de fundar Comitês de Resistência Democrática. A sede do Sindicato dos Alfaiates era o coração da mobilização sindical. João Amazonas – então Secretário-Geral do PC no Rio Grande do Sul – relataria, anos mais tarde: *“Nós tomamos uma decisão: vamos organizar batalhões patrióticos. Ocupamos um prédio do governo que tinha ali, na Avenida Borges de Medeiros (...) organizamos os batalhões patrióticos por categoria profissional (...) Alguns dias depois, fizemos um desfile. (...) Tudo organizado por nós.”*

No prédio do “Mataborrão”, na Av. Borges de Medeiros com Andrade Neves, lideranças populares, sindicais e estudantis organizaram o primeiro “Comitê de Resistência Democrática” – com forte presença de trabalhistas, comunistas, e socialistas – o qual passou a alistar milhares de pessoas para lutar em defesa da Constituição. Ali estavam a poeta Lila Ripoll, organizando os artistas; o ex-deputado federal Abílio Fernandes; o líder metalúrgico Elói Martins; Fúlvio Petracco, presidente da FEURGS; Fernando Almeida; Carlos Araújo; Victor Douglas Júnior; Luís Heron Araújo; e tantos outros lutadores do povo. Logo, os “Comitês de Resistência Democrática” se espalharam por todo o Estado, alistando centenas de milhares de pessoas.

Os dias que se seguiram assistiram ao desfile dos Batalhões Operários – da Carris, construção civil, estivadores, marítimos, ferroviários, metalúrgicos, bancários, enfermeiros, etc. – e dos Batalhões de secundaristas, universitários, intelectuais, artistas, militares reformados, CTGs, escoteiros, enfim a cidadania mobilizada.

Nacionalmente, a UNE decretou greve nacional em defesa da posse de João Goulart. Seu presidente, Aldo Arantes, viajou para o Rio Grande do Sul, onde instalou a sede da UNE e, utilizando a

“Rede da Legalidade”, mobilizou os estudantes de todo o país para a resistência ao golpe. A Comissão Permanente das Organizações Sindicais organizou uma greve entre os marítimos, portuários, trabalhadores em transporte de passageiros e das indústrias da Guanabara. Os ferroviários da Leopoldina paralisam suas atividades.

No Rio de Janeiro, o Marechal Lott lançou Manifesto denunciando o veto dos ministros militares à posse de Jango e defendendo o respeito à Constituição. Pouco depois foi preso pelos golpistas.

Ao comunicar-se com o Marechal Lott, Brizola foi orientado a procurar os generais legalistas Oromar Osório – comandante da 1ª Divisão de Cavalaria de Santiago – e o Gen Peri Bevilacqua – da 3ª Divisão de Infantaria de Santa Maria – as duas mais poderosas do III Exército. Os dois generais se solidarizaram de imediato com a causa da Legalidade, inclusive, passando a pressionar Machado Lopes para que defendesse a Constituição. A seguir, Brizola passou a manter contato com as guarnições militares do interior do Estado, a maior parte das quais aderiu à Legalidade. A cada hora que passava, a posição golpista dos ministros militares perdia terreno no seio do III Exército e o próprio General Machado Lopes lhes informava disso em seus comunicados.

No sábado à noite, Brizola começou a divulgar o manifesto do Marechal Lott, em defesa da legalidade, junto com seu próprio manifesto, ambos amplamente distribuídos aos jornais, rádios e TVs. Seus discursos e entrevistas tinham enorme audiência e despertavam a cidadania rio-grandense. Um número crescente de pessoas passou a concentrar-se na Praça da Matriz, para defender a Constituição. Mas, a medida que as principais rádios divulgavam o manifesto de Lott, seus transmissores eram silenciados e lacrados pelo III Exército. A Rádio Guaíba, cujos proprietários se negaram a transmiti-lo, foi uma das poucas que permaneceu no ar.

Nas primeiras horas do dia 28 de agosto, segunda-feira, Brizola tomou conhecimento de que os ministros golpistas haviam ordenado ao III Exército e ao 5º Comando Aéreo que submetessem o Governo do Rio Grande do Sul, se necessário bombardeando o Palácio Piratini. O Governador tomou, então, a decisão de requisitar a Rádio Guaíba e passou a irradiar diretamente dos porões do Palácio Piratini, convocando o povo a vir para a Praça da Matriz e defender a Constituição:

*"Hoje, nesta minha alocução, tenho os fatos mais graves a revelar. O Palácio Piratini, meus patrícios, está aqui transformado em uma cidadela, que há de ser heroica, uma cidadela da liberdade, dos direitos humanos, uma cidadela da civilização, da ordem jurídica, uma cidadela contra a violência, contra o absolutismo, contra os atos dos senhores, dos prepotentes. No Palácio Piratini, além da minha família e de alguns servidores civis e militares do meu gabinete, há um número bastante apreciável, mas apenas daqueles que nós julgamos indispensáveis ao funcionamento dos serviços da sede do Governo. Mas todos os que aqui se encontram estão de livre e espontânea vontade, como também grande número de amigos que aqui passou a noite conosco e retirou-se, hoje, por nossa imposição. Aqui se encontram os contingentes que julgamos necessários da gloriosa Brigada Militar o Regimento Bento Gonçalves e outras forças. Reunimos aqui o armamento de que dispúnhamos. Não é muito, mas também não é pouco para aqui ficarmos preocupados frente aos acontecimentos. Queria que os meus patrícios do Rio Grande e toda a população de Porto Alegre, todos os meus conterrâneos do Brasil, todos os soldados da minha terra querida pudessem ver com seus olhos o espetáculo que se oferece. Aqui nos encontramos e falamos por esta estação de rádio, que foi requisitada para o serviço de comunicação, a fim de manter a população informada e, com isso, auxiliar a paz e a manutenção da ordem. Falamos aqui do serviço de imprensa. Estamos rodeados por jornalistas, que teimam, também, em não se retirar, pedindo armas e elementos necessários para que cada um tenha oportunidade de ser também um voluntário, em defesa da legalidade. Esta é a situação! Fatos os mais sérios quero levar ao conhecimento dos meus patrícios de todo o País, da América Latina e de todo o mundo. Primeiro: ao me sentar aqui, vindo diretamente da residência, onde me encontrava com minha família, acabava de receber a comunicação de que o ilustre General Machado Lopes, soldado do qual tenho a melhor impressão, me solicitou audiência para um entendimento. Já transmiti, aqui mesmo, antes de iniciar minha palestra, que logo a seguir receberei S. Exa. com muito prazer, porque a discussão e o exame dos problemas é o meio que os homens civilizados utilizam para solucionar os problemas e as crises. Mas pode ser que essa palestra não signifique uma simples visita de amigo. Que essa palestra não seja uma aliança entre o poder militar e o poder civil, para a defesa da*

*ordem constitucional, do direito e da paz como se impõe neste momento, como defesa do povo, dos que trabalham e dos que produzem, dos estudantes e dos professores, dos juizes e dos agricultores, da família. Todos, até as nossas crianças desejam que o poder militar e o poder civil se identifiquem nesta hora para vivermos na legalidade. Pode significar, também, uma comunicação ao Governo do Estado da sua deposição. Quero vos dizer que será possível que eu não tenha oportunidade de falar-vos mais, que eu nem deste serviço possa me dirigir mais, comunicando esclarecimentos à população. Porque é natural que, se ocorrer a eventualidade do ultimato, ocorrerão, também, consequências muito sérias. Porque nós não nos submeteremos a nenhum golpe, a nenhuma resolução arbitrária. Não pretendemos nos submeter. Que nos esmaguem! Que nos destruam! Que nos chacinem, neste Palácio! Chacinado estará o Brasil com a imposição de uma ditadura contra a vontade de seu povo. Esta rádio será silenciada tanto aqui como nos transmissores. O certo, porém, é que não será silenciada sem balas. Tanto aqui como nos transmissores estamos guardados por fortes contingentes da Brigada Militar.*

*Assim, meus amigos, meus conterrâneos e patrícios ficarão sabendo por que esta rádio silenciou. Foi porque ela foi atingida pela destruição e porque isso ocorreu contra a nossa vontade. E quero vos dizer por que penso que chegamos a viver horas decisivas. Muita atenção, meus conterrâneos, para esta comunicação. Ontem à noite o Sr. Ministro da Guerra, Marechal Odílio Denys, soldado no fim de sua carreira, com mais de 70 anos de idade, e que está adotando decisões das mais graves, as mais desatinadas, declarou através do 'Repórter Esso' que não concorda com a posse do Sr. João Goulart, que não concorda que o Presidente constitucional do Brasil exerça suas funções legais! Porque, diz ele numa argumentação pueril e inaceitável, isso significa uma opção entre comunismo ou não. Isso é pueril, meus conterrâneos. Isso é pueril, meus patrícios! Não nos encontramos nesse dilema. Que vão essas ou aquelas doutrinas para onde quiserem. Não nos encontramos entre uma submissão à União Soviética ou aos Estados Unidos. Tenho uma posição inequívoca sobre isto. Mas tenho aquilo que falta a muitos anticomunistas exaltados deste País, que é a coragem de dizer que os Estados Unidos da América, protegendo seus monopólios e trustes, vão espoliando e explorando esta Nação sofrida e miserabilizada. Penso com independência. Não penso ao lado dos russos ou dos americanos. Penso pelo Brasil e pela República. Queremos um Brasil forte e independente. Não um Brasil escravo dos militaristas e dos trustes e monopólios norte-americanos. Nada temos com os russos. Mas nada temos também com os americanos, que espoliam e mantêm nossa pátria na pobreza, no analfabetismo e na miséria.”*

Estava criada a “Rede da Legalidade”, que chegou a englobar 104 emissoras de todo o país, denunciando os golpistas e convocando o povo brasileiro a defender a Constituição. Tropas da Brigada Militar e forças da Polícia Civil foram enviadas para proteger a torre e os transmissores, na Ilha da Pintada. Também a central telefônica foi ocupada e guarnecida por tropas da Brigada Militar. Ao mesmo tempo, Brizola conseguiu mais de três mil revólveres com a fábrica Taurus, distribuindo-os à população.

Em 29 de agosto, os militares chegaram programar um ataque aéreo ao Palácio Piratini e outros alvos estratégicos em Porto Alegre. A ordem era submeter Brizola e todos os que estivessem com ele. Contudo, na base aérea de Canoas, a tentativa dos oficiais aviadores que ainda obedeciam às ordens dos ministros militares de levantar voo para o bombardeio, foi impedida pelos suboficiais e sargentos, que desarmaram os aviões e esvaziaram os seus pneus. A seguir, o Tenente-Coronel Aviador Alfeu de Alcântara Monteiro, legalista, assumiu o comando da Base Aérea. Em represália, será morto – na mesma Base Aérea – em 4 de abril de 1964, logo após a deflagração do golpe militar.

Mas, a ordem dos golpistas foi reafirmada: *calem Leonel Brizola!* O General Machado Lopes determinou, então, que tropas do III Exército se deslocassem até a Ilha da Pintada para silenciar os transmissores da Rádio Guaíba e calar a “Cadeia da Legalidade”. Porém, no momento em que essas tropas já se preparavam para agir, revogou a ordem e – pressionado pela grande mobilização popular e por seus principais comandantes – tomou a decisão de não mais acatar as ordens dos ministros militares e apoiar uma saída Constitucional para crise.

Unificado o Rio Grande do Sul com a adesão do III Exército, com seus 140 mil homens – o mais poderoso do País –, reforçado pela Brigada Militar e com o apoio massivo da população, equilibraram-se as forças no tabuleiro nacional, ainda mais que os próprios golpistas não confiavam na unidade do seu campo, onde cada vez mais se levantavam vozes dissonantes. Diante do imponderável, tanto as elites dominantes

quanto os generais passaram a trabalhar por uma saída negociada que evitasse a guerra civil. Essa saída foi a casuística emenda parlamentarista, votada em dois turnos, nos primeiros dias de setembro e aceita a contragosto pelos ministros militares golpistas.

Finalmente, a 7 de setembro de 1961, João Goulart assumiu a Presidência da República sob um regime parlamentarista. O povo, os trabalhadores, os militares democratas – conduzidos por um grande e destemido líder – haviam vencido! A vitória não havia sido completa, mas, talvez, tenha sido a possível naquelas circunstâncias. O povo havia mostrado a sua vontade e a sua força.

O grande e heroico Movimento da Legalidade foi por muito tempo ignorado pela grande imprensa e pela historiografia oficial. A ordem era manter o episódio no mais completo esquecimento, para que não fosse lembrada a vitoriosa mobilização patriótica e popular que – liderada pela figura intrépida de Leonel Brizola – alterou os rumos da história do Brasil, abortando o golpe que se gestava e derrotando os planos das elites conservadoras.

No ano em que se comemora os 50 anos do Movimento da Legalidade, impõe-se que assumamos o dever de não permitir que essa grandiosa luta caia no esquecimento dos pósteros. Assim, propomos aos nossos Pares a inclusão, no Regimento Interno desta Casa, de uma Sessão Solene relativa ao *Movimento Cívico da Legalidade*, de modo a contribuir a que as novas gerações conheçam e assimilem os seus grandiosos ensinamentos e eduquem-se na defesa intransigente das liberdades democráticas e no repúdio a toda e qualquer tirania.

Sala das Sessões, em

Deputado(a) Raul Carrion

Deputado(a) Juliana Brizola